



## **Contrato de Rateio**

**Referência:** Despesas decorrentes a contrapartida para Implantação de Sinalização Turística dos Municípios que compõem a Região Turística da Costa Doce Gaúcha.

**Contratantes:** Os Municípios consorciados.

Os Municípios integrantes do Consórcio Público do Extremo Sul, abaixo identificados, com fundamento no que dispõe a Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, que estabelece normas gerais de contratação de consórcios públicos e considerando os termos do Contrato de Constituição do referido Consórcio, na condição de membros consorciados da Entidade, celebram o presente CONTRATO DE RATEIO para fazer face às despesas de Contrapartida **para Implantação de Sinalização Turística dos Municípios que compõem a Região Turística da Costa Doce Gaúcha**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### **Cláusulas Primeira – Das Partes Contratantes.**

São partes no presente contrato de rateio:

1- O MUNICÍPIO DE *ARROIO GRANDE*, representado por seu Prefeito, Sr. *Ivan Antonio Guevara*, brasileiro, Prefeitura localizada na Rua Dr. Monteiro nº 199, CNPJ nº 88.860.366.0001-81, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 2.462, de 26 de agosto de 2009;

2- O MUNICÍPIO DE *ARROIO DO PADRE*, representado por seu Prefeito, Sr. *Rui Carlos Peter*, brasileiro, Prefeitura localizada na Rua Arroio do Padre s/nº, CNPJ nº 04.218.960/0001-83, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 898, de 19 de junho de 2009;

3- O MUNICÍPIO DE *CANGUÇU*, representado por seu Prefeito, Sr. *Marcus Vinicius M. Pegoraro*, brasileiro, Prefeitura localizada na Rua Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos nº 240, CNPJ nº 88.861.430/0001-49, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 3.304, de 22 de julho de 2009;



4- O MUNICÍPIO DE *JAGUARÃO*, representado por seu Prefeito, Sr. *Rogério Cruz*, brasileiro, Prefeitura localizada na Av. 27 de Janeiro nº 422, CNPJ nº 88.414.552/0001-97, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 4.974, de 15 de julho de 2009;

5- O MUNICÍPIO DE *MORRO REDONDO*, representado por seu Prefeito, Sr. *Rui Valdir Otto Brizolara*, brasileiro, Prefeitura localizada na Av. dos Pinhais nº 53, CNPJ nº 91.558.650/0001-02, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 1.512, de 26 de agosto de 2009;

6- O MUNICÍPIO DE *PELOTAS*, representado por seu Prefeito, Sr. *Paula Schild Mascarenhas*, brasileiro, Prefeitura localizada na Praça Cel. Pedro Osório nº 101, CNPJ nº 87.455.531/0001-57, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 5.594, de 17 de julho de 2009;

7- O MUNICÍPIO DE *PIRATINI*, representado por seu Prefeito, Sr. *Marcio Manetti Porto*, brasileiro, casado, Prefeitura localizada na Rua Comendador Freitas nº 255, CNPJ nº 88.861.448/0001-40, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 1.073, de 15 de julho de 2009;

8- O MUNICÍPIO DE *RIO GRANDE*, representado por seu Prefeito, Sr. *Fabio Branco*, brasileiro, Prefeitura localizada no Largo Engenheiro João Fernandes Moreira s/n., CNPJ nº 88.566.872/0001-62, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 6.718, de 25 de junho de 2009;

9- O MUNICÍPIO DE *SANTA VITÓRIA DO PALMAR*, representado por seu Prefeito, Sr. *Wellington B. dos Santos*, brasileiro, Prefeitura localizada na Rua Mirapalmete nº 1.179, CNPJ nº 88.824.099/0001-97, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 4.488, de 27 de julho de 2009;

10.- O MUNICÍPIO DE *SÃO LOURENÇO DO SUL*, representado por seu Prefeito, Sr. *Rudinei Harter*, brasileiro, Prefeitura localizada na Rua Cel. Alfredo Born nº 202, CNPJ nº 87.893.111/0001-52, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 3.083, de 23 de junho de 2009;

11- O MUNICÍPIO DE *TURUÇU*, representado por seu Prefeito, Sr. *Ivan Eduardo Scherdien*, brasileira, Prefeitura localizada na BR-116, Km. 482, CNPJ nº 01.613.067/0001-64, Lei ratificadora do Protocolo de Intenções nº 714, de 25 de agosto de 2009.



### Cláusulas Segunda – Do Objeto.

Este contrato tem por objeto o rateio, entre os Municípios acima citados integrantes do Consórcio, das despesas de Contrapartida **para Implantação de Sinalização Turística dos Municípios que compõem a Região Turística da Costa Doce Gaúcha.**

### Cláusula Segunda – Do Prazo

O contrato tem início em 22 de agosto de 2022 e sua vigência se estende até abril de 2023. Sendo o caso, haverá renovação contratual nos meses subsequentes.

### Cláusula Terceira – do Valor

O valor do presente contrato é de R\$ 29.055,91 (vinte e nove mil e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos), correspondente à contrapartida para Implantação de Sinalização Turística dos Municípios (PINs) que compõem a Região Turística da Costa Doce Gaúcha e será rateado, em partes onze, entre os 11 (onze) Municípios associados, ficando o valor da quota por Município, de acordo com a quantidade de PINs:

**1 - Arroio Grande: R\$3.962,17** (três mil, novecentos e sessenta e dois reais e dezessete centavos);

**2 - Arroio do Padre: R\$1.584,87** (um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos);

**3 - Canguçu: R\$2.641,45** (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos);

**4 - Jaguarão: R\$4.490,46** (quatro mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e seis centavos);

**5 - Morro Redondo: R\$1.584,87** (um mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos);

**6 - Pelotas: R\$5.282,89** (cinco mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e nove centavos);

**7 - Piratini: R\$1.056,58** (um mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos);



**8 - Rio Grande: R\$2.641,45** (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos);

**9 - Santa Vitória do Palmar: R\$2.641,45** (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos);

**10 - São Lourenço do Sul: R\$2.113,16** (dois mil, cento e treze reais e dezesseis centavos);

**11 - Turuçu: R\$1.056,58** (um mil e cinquenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

#### Cláusula Quarta – Das Dotações Orçamentárias

A despesa decorrente do presente contrato de rateio, para cada Município que o subscreve, correrá por conta da dotação orçamentária própria.

#### Cláusula Quinta – Normas Aplicáveis

A execução das despesas resultantes deste Contrato de Rateio, obedecerá, em todas as instâncias, as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

#### Cláusula Sexta – Do Pagamento das Quotas de Rateio.

De conformidade com as normas do instrumento de Constituição do Consórcio, os Municípios ora contratantes deverão empenhar e através de depósito proceder à transferência da quantia correspondente a sua quota para esse fim.

Banco do Banrisul

Agencia: 0320

Conta Corrente: 04.207914.5-3

#### Cláusula Sétima – Informações aos Consorciados.

O Consórcio prestará aos Municípios ora contratantes as informações de todas as despesas realizadas com recursos deste Contrato de Rateio, para que sejam, nos termos da lei, consolidadas em suas contas e contabilizadas de acordo com as dotações orçamentárias próprias.



O Consórcio fornecerá, ainda, aos associados toda e qualquer informação pertinente ao presente contrato, fornecendo-lhes, quando for o caso, cópia autenticada de documentos solicitados.

Cláusula Oitava – Do Foro.

Para dirimir quaisquer controvérsias decorrente deste Contrato de Rateio, fica eleito o Foro da Comarca de Pelotas, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato, em três vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito, e recebem cópia do mesmo, com autenticação administrativa.

Pelotas, 10 de agosto de 2022.

**MARCO ANTÔNIO BARBOSA**  
Prefeito Municipal do Chui  
Presidente do Consórcio Público do Extremo Sul

**Fábio Branco**  
Prefeito Municipal de Rio Grande